

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



# **BOLETIM DE CONJUNTURA**

**BOCA**

Ano III | Volume 5 | Nº 13 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4474261>

---



## ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA “MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA E CONSERVADORA” E SUA RELAÇÃO COM A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E DESENVOLVIMENTO

*Bruna Gorgen Zeca<sup>1</sup>*

### Resumo

Desde o fim do regime militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, o período tem sido analisado por historiadores e estudiosos em suas múltiplas faces, dentre elas a modernização ocorrida nesse ínterim e a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, cujos princípios foram articulados dentro da Escola Superior de Guerra (ESG). Este estudo objetiva proporcionar uma revisão da literatura acerca da concepção de modernização durante a ditadura civil-militar brasileira, que alguns autores chamam de autoritária e, outros, de conservadora, e relacioná-la com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, outro aspecto marcante do período. Como resultados, verificou-se que, de certo modo, os autores podem-se complementar em suas análises, não necessariamente as tornando excludentes. Além disso, concluiu-se que a melhor definição para a modernização ocorrida durante a ditadura civil-militar é a de Rodrigo Patto Sá Motta, o qual a define como uma modernização que foi simultaneamente autoritária e conservadora.

**Palavras chave:** Ditadura. Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Historiografia. Modernização.

### Abstract

Since the end of the military regime that was in force in Brazil between 1964 and 1985, the period has been analyzed by historians and scholars in their many faces, among them the modernization that occurred at this time and the National Security and Development Doctrine, whose principles were articulated inside of Escola Superior de Guerra (ESG). This study aims to provide a literature review about the concept of modernization during the Brazilian civil-military dictatorship, which some authors call it authoritarian and, others, conservative, and relate it to the National Security and Development Doctrine, another distinguished aspect of the period. As a result, it was verified that, in a certain way, the authors can complement themselves in their analyzes, and not necessarily making them exclusive. In addition, it was concluded that the best definition for modernization during the civil-military dictatorship is the one of Rodrigo Patto Sá Motta, which defines it as a modernization that was both authoritarian and conservative.

**Keywords:** Dictatorship. Historiography. Modernization. National Security and Development Doctrine.

Além do debate sobre o próprio Golpe de 1964, que divide percepções como, por exemplo, sendo fruto da radicalização no período (viés defendido por Jorge Ferreira, Argelina Figueiredo e José Murilo de Carvalho), sendo fruto de uma conspiração de classe (sustentado por René Dreiffus, Moniz Bandeira e Heloísa Starling) ou sendo fruto de um esgotamento do populismo (apoiado por Octávio Ianni e Francisco Weffort), também a historiografia se divide quanto ao papel da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que está relacionada ao modelo de modernização promovido pelos militares, caracterizado por boa parte dos autores como autoritário e/ou conservador.

O papel da Doutrina de Segurança Nacional (delineada pelo complexo ESG/IPES/IBAD), tratado por Maria Helena Moreira Alves como essencial para entender o regime, não é o mesmo que para a perspectiva de René Dreiffus, pois para este autor o golpe foi consumado para inserir o Brasil na lógica

<sup>1</sup> Bacharel em Relações Internacionais e mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email para contato: [brunagorgen@hotmail.com](mailto:brunagorgen@hotmail.com)



do capitalismo dependente, tendo a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento uma importância secundária para a manutenção da ditadura durante o período.

Da mesma forma, divergem também as perspectivas relacionadas à modernização. Rodrigo Patto Sá Motta defende que ocorreu, no período, um processo de modernização conservadora e autoritária; Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis primam pela expressão de uma modernização autoritária; e Carlos Fico se contrapõe à ideia de paradoxo, refutando a ideia de que apesar de a ditadura ter sido autoritária e conservadora, teria sido modernizadora (portanto, rejeita o conceito de modernização autoritária e/ou conservadora).

A partir da opção pela perspectiva de Maria Helena Moreira Alves sobre a centralidade da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento para a manutenção do regime, busca-se realizar uma reflexão acerca das visões sobre a modernização e sua caracterização, para alguns autores, como autoritária e conservadora, e relacioná-la com o entendimento de Maria Helena.

Em seu livro “Estado e Oposição no Brasil: 1964 – 1984”, Maria Helena Moreira Alves destaca que a precisa justificativa ideológica da tomada do Estado e da alteração de suas estruturas para instituir uma variante autoritária foi avistada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, provida pela Escola Superior de Guerra (ESG). O papel da ESG foi ampliado no mesmo ano de sua criação, 1949, e passou a abranger o desenvolvimento de uma metodologia de análise e de interpretação das dimensões políticas, econômicas, diplomáticas e militares que condicionam o conceito estratégico. A ênfase na interseção de fatores políticos, econômicos, filosóficos e militares na definição da política de segurança nacional acabou por ser consequência de teorias da guerra fria, passando-se a dar crescente importância às teorias do desenvolvimento no planejamento da segurança nacional (ALVES, 2005, p. 28).

Fazendo referência ao livro de René Dreiffus “1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe”, Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 29) aponta que os militares e civis integrantes da ESG se valiam cada vez mais do conjunto IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática) para aprimorar projetos e delinear planos e orientações de políticas governamentais alternativas no contexto da Guerra Fria, destacando-se especialmente o planejamento da gestão do desenvolvimento capitalista. A autora afirma, ademais, que os militares e os tecnocratas a eles adeptos rejeitavam o capitalismo do laissez-faire (o que fazia todo o sentido, já que era dado um papel imprescindível ao planejamento estatal), dando prioridade a um modelo que compatibilizava medidas keynesianas de controle ao capitalismo de Estado (ALVES, 2005, p. 29).

Junto ao General Golbery do Couto e Silva, os oficiais da ESG que também faziam parte do IPES trabalhavam na definição da rede de informações e na promoção de uma rebuscada Doutrina de



Segurança Nacional e Desenvolvimento. A ideologia da segurança nacional trazida na referida Doutrina foi a ferramenta essencial para o prolongamento das estruturas de Estado que visavam a facilitar o desenvolvimento do capitalismo associado-dependente (lógica do capitalismo dependente também abordada por Dreiffus). A Doutrina, em sua forma brasileira de ser, constituiu, entre outros aspectos, um “modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado”. A legitimidade do Estado estava, portanto, relacionada a um progressivo desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como protetor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos”. Em prol do anticomunismo, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, com sua obsessão na segurança interna, acarretaram o abuso de poder, a supressão da liberdade de expressão e a repressão de qualquer dissenso (ALVES, 2005, p. 30-32).

Aqui, como possível observação a ser feita acerca do estudo referenciado, pode-se destacar que a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento não era um projeto unânime ou sem contrapontos. Outros atores e interesses também estiveram presentes no Golpe e durante a ditadura, havendo debates, por exemplo, sobre qual modelo de desenvolvimento ou qual política econômica adotar<sup>2</sup>. Apesar de esses e outros fatores também estarem envolvidos no contexto, a contribuição de Maria Helena Moreira Alves é importante para se compreender a lógica de manutenção do regime (se justificava pela constante “ameaça interna” e se legitimava por um continuado crescimento capitalista). Diante dessas questões, introduz-se o debate acerca do tipo de modernização que ocorreu sob os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, pois o entendimento da Doutrina auxilia na compreensão da querela sobre a modernização no país durante o período.

A começar por Daniel Aarão Reis, este autor afirma que um projeto de República baseado no protagonismo do Estado em união às classes populares se perdeu em 1964, dando lugar a um projeto de modernização autoritária. Sob a ditadura, ter-se-ia construído um modelo em que seu legado ainda perdura, “um vendaval de modernização que, de forma autoritária, conduziu a sociedade para um novo patamar de desenvolvimento do capitalismo” (REIS, 2014, p. 11-12). A forma autoritária se dava através da repressão aos movimentos populares, da intervenção em centenas de sindicatos e da perseguição e prisão de lideranças da oposição, além de sua forma econômica, por meio de políticas “antipopulares”, baseadas no arrocho salarial. Ainda no âmbito econômico, a partir do governo de Arthur da Costa e Silva, com Delfim Netto (apoiado pelas lideranças industriais) a “ortodoxia

<sup>2</sup> Renato Baumann e Samo S. Gonçalves (2016, p. 312) afirmam que “Os ministros considerados desenvolvimentistas, como Delfim Netto, da Agricultura, e Mário Andreazza, do Interior, opunham-se à política conduzida pelo Ministro-Chefe da Seplan, reproduzindo uma situação de conflito quase sempre presente na condução da economia brasileira. Em consequência, Simonsen apresentou sua renúncia em agosto e foi substituído por Delfim Netto no Ministério do Planejamento”. Ambos os autores explicam ainda que “historicamente, dentro do Estado brasileiro, coexistem as correntes denominadas desenvolvimentistas ou heterodoxas, preocupadas com o crescimento econômico a qualquer custo, e as correntes ortodoxas, preocupadas em conciliar o equilíbrio dos chamados fundamentos macroeconômicos com crescimento econômico”.



monetarista” seria superada, e o Estado passava a ser, além de protetor dos equilíbrios macroeconômicos, um agente fundamental do desenvolvimento. O triângulo de investimentos formado pelo capital público nacional e pelas empresas privadas internacionais e nacionais era induzido e controlado pelo Estado, em uma cultura nacional-estatista que reemergia com uma expressão modernizante e autoritária<sup>3</sup> (REIS, 2014, p. 22-26).

Sobre Marcelo Ridenti, Carlos Fico<sup>4</sup> (2017, p. 27), ao fazer um apanhado do uso da expressão, afirma que o autor empregou o termo “modernização conservadora” indistintamente em sua tese (defendida em 1989 e publicada em 1993). Já em 1997, Ridenti a teria utilizado como sinalizadora de uma contradição entre “rápido crescimento das forças produtivas” e injustiça social concatenada com supressão das liberdades. Fico assinala que, anos mais tarde, Ridenti persistiu na ideia de paradoxo (crescimento econômico com repressão e injustiça social), não adotando o sentido original oferecido por Barrington Moore Jr. Conforme explica Samuel Silva Rodrigues de Oliveira (2014, p. 444) em resenha do livro “A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964”,

Inicialmente usado por Barrington Moore Jr., em *Origens da ditadura e democracia* (1983), o conceito tinha em vista a análise do longo processo de mudança social, observando o papel das estruturas agrárias na conformação de um novo pacto político na modernização, na passagem das sociedades pré-industriais para industriais. Sendo uma análise em perspectiva comparada, Moore Jr. analisou as diferenças da formação do capitalismo na Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha e Japão. Os dois últimos países, diferentes dos três primeiros, teriam como característica a modernização autoritária: a constituição de um pacto entre uma fração das classes médias e industriais com as elites agrárias na articulação de uma transformação social caracterizada pela negação dos direitos civis e ascensão de regimes ditatoriais. A marca da modernização conservadora é a construção de uma sociedade capitalista em que os valores democráticos eram colocados em segundo plano. Como salientou Renato Ortiz, “a ideia de modernização conservadora se aplicaria no Brasil à emergência da modernidade como um todo, abarcando diversos períodos de nossa formação histórica, da Primeira República ao Estado Novo” (OLIVEIRA, 2014, p. 114).

Carlos Fico (2017, p. 28), ainda sobre Marcelo Ridenti, realça que o autor retrabalhou um texto de 2003 e teria qualificado o próprio escrito como irônico quando se referia ao paradoxo, que agora passaria a identificar como modernização autoritária, e não mais conservadora. Entretanto, no capítulo “As oposições à ditadura: resistência e integração” do livro “A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964”, Marcelo Ridenti considera que desde 1964 foi-se compondo um projeto de modernização da sociedade segundo padrões econômicos e políticas do Estado autoritário, ligados à

<sup>3</sup> Já no livro “Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010”, Daniel Aarão Reis (2014, p. 89) opta pelo uso da expressão “modernização conservadora”, como observado no trecho: “Entre 1967 e 1974, a ditadura esmagou as oposições e consolidou um modelo de modernização conservadora e ditatorial, impulsionada pelo Estado, articulando grandes capitais estatais, nacionais e estrangeiros. Em grande medida, uma retomada da tradição nacional-estatista. Renunciou-se, assim, à ambição liberal de liquidar a herança varguista. A noção da importância-chave do Estado como promotor e regulador da economia, da política e da cultura, foi retomada”.

<sup>4</sup> Em seu livro de 1997, “Reinventando o Otimismo”, Carlos Fico declara (p. 83) que não é sua intenção analisar o caráter dessa “modernização” ou a impropriedade ou pertinência das obras realizadas pela ditadura, entretanto, em artigo de 2017, o autor faz uma crítica à forma como a expressão vem sendo utilizada pelos demais autores.



iniciativa privada, o que se “convencionou chamar de modernização conservadora, tomando emprestado o termo de Barrington Moore Jr” (RIDENTI, 2014). Em nota de rodapé, logo após a referência a Barrington Moore Jr., Ridenti afirma que “há quem fale em modernização autoritária, mas prefiro manter o termo inspirado na obra de Moore Jr. (1967)”.

Em seguida, Ridenti reitera que os governos militares fomentaram o desenvolvimento apesar da supressão das liberdades democráticas e da significativa concentração de riquezas, não pelo caminho idealizado por Celso Furtado, e outros nacional-desenvolvimentistas, do capitalismo de massas. (RIDENTI, 2014). Aqui, pode-se destacar o que Renato Baumann e Samo S. Gonçalves atentam em relação à diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, que naquela época os teóricos do desenvolvimento já chamavam a atenção. O desenvolvimento econômico seria a mudança qualitativa das condições de vida da maior parte das pessoas de um país, porém, conforme os autores, entre 1968 e 1973, é plausível dizer que o crescimento econômico esteve presente na melhoria dos índices de produção, mas não se reproduziu, necessariamente, na melhoria do bem-estar geral da população (BAUMANN; GONÇALVES, 2016, p. 304).

Como forma de fundamentar o argumento, os autores vão registrar que

Entre 1967 e 1973, a queda no poder aquisitivo da população economicamente ativa foi de 15,1%, chegando a 42% no período entre 1964 e 1974. O índice Gini, que mede a desigualdade de renda, piorou sensivelmente no período: aumentou de 0,497 em 1960 para 0,562 em 1970 e 0,622 em 1972. A camada dos 5% mais ricos da população aumentou sua participação na renda de 28,3% em 1960 para 39,8% em 1972, ao passo que os 1% mais ricos ampliaram sua fatia de 11,9% em 1960 para 19,1% em 1972. Em contraste, os 50% mais pobres, que contavam com 17,4% do rendimento total da população economicamente ativa em 1960, passaram a auferir apenas 14,9% do total em 1970 e 11,3% em 1972 (IBGE, 1979) (BAUMANN; GONÇALVES, 2016, p. 304).

Voltando à crítica de Carlos Fico, em seu artigo argumenta-se que a ideia de modernização conservadora tem tomado o caráter de senso comum, de que quando se pensa na ditadura brasileira identifica-se, por um lado, o autoritarismo, a repressão, o conservadorismo, e, de outro, os avanços na infraestrutura e nas telecomunicações, o crescimento econômico e o “milagre”, gerando certa indagação, pois para o senso comum um período ditatorial deveria corresponder a um período de completa estagnação, um período de trevas, repressivo e regressivo. É nesse ponto que Fico observa que o conceito de modernização conservadora de Barrington Moore Jr. não tem como principal condutor da análise essa questão da contradição. Para Carlos Fico, o conceito de modernização conservadora ou autoritária, quando associado à noção de paradoxo, torna-se ainda mais duvidoso do que a proposta de Moore, pois carece de historicidade (FICO, 2017, p. 29-30).



Nesse sentido, o autor ressalta que a modernização (no sentido de crescimento do PIB e as consequências geradas) não procedeu do regime autoritário instaurado, mas, sim, já vinha sendo construída há décadas. O crescimento conferido, portanto, não teria sido apenas uma decorrência das políticas dos governos ditatoriais, mas deveria ser analisado como resultado de uma duração mais longa (FICO, 2017, p.30). Neste ponto, pode-se considerar que Fico faz uma crítica direta aos autores que afirmam que a modernização conservadora ou autoritária teve início na ditadura, como Ridenti (2014, p. 7) no trecho “o fato é que desde 1964 foi-se constituindo um projeto de modernização da sociedade brasileira...”.

No entanto, apesar de poder ser aceito que processos de modernização conservadora já se davam em outros momentos da história do Brasil (como também afirma Rodrigo Patto Sá Motta<sup>5</sup>), a diferença e singularidade estaria inserida no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, ou seja, agora a modernização autoritária e conservadora era pré-requisito para a manutenção do regime. Por meio da modernização, autoritária pela repressão e constante reiteração de um inimigo interno e conservadora pela manutenção do poder das estruturas sociais vigentes, o regime se legitimava e era aceito como a melhor opção no momento. Apesar disso, concorda-se com Fico de que a noção de paradoxo pode ser frágil, pois não foi característica somente do Brasil, assim como “modernização” não precisa necessariamente significar um valor positivo em absoluto ou um fim em si mesmo. Como se viu, junto ao crescimento econômico, houve um aumento da desigualdade, além de um crescente endividamento externo que trouxe, mais tarde, suas consequências negativas.

Um último autor a ser analisado é Rodrigo Patto Sá Motta, o qual apresenta que a utilização do termo modernização conservadora ou autoritária para explicar o que ocorreu no Brasil após 1964 não é algo novo. Com isso, Patto esclarece que o termo tem aparecido de ambas as formas, autoritária e/ou conservadora, pelos autores, possibilitando uma maior compreensão do leitor para quando um mesmo autor utiliza o termo por vezes indistintamente. Para elucidar a diferença entre conservadorismo e autoritarismo nas políticas implantadas pela ditadura, Patto (2014, p. 11) sublinha que

O impulso conservador foi importante na montagem do Estado pós-64, expressando anseios de grupos que almejavam manter o status quo e a ordem tradicional. No entanto, em vários momentos, as demandas conservadoras entraram em contradição com os propósitos modernizadores, às vezes levaram a pior, enquanto o autoritarismo sempre esteve presente.

Diante disso, Rodrigo Patto Sá Motta faz uma pergunta retórica sobre qual a melhor adjetivação para a ditadura brasileira, modernização autoritária ou conservadora, e se posiciona com a conclusão de

<sup>5</sup> Em seu capítulo do livro “A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964”, Rodrigo Patto Sá Motta sustenta que: “Nesse sentido, a própria modernização conservadora também não é novidade, já que se manifestou em momentos anteriores, sobretudo na ditadura varguista”.



que a ditadura foi simultaneamente autoritária e conservadora. Apesar de o autor estar mais centrado na perspectiva do que ocorreu nas universidades, sua análise vale para o conjunto do regime. Patto afirma que, observando-se o quadro geral, é possível dizer que o intuito modernizador se focava no prisma econômico e administrativo, visando ao crescimento econômico, à melhoria do funcionalismo estatal e à aceleração da industrialização. Por outro lado, o projeto autoritário-conservador se dirigia no sentido de manter os segmentos subalternos excluídos e de combater qualquer ideia ou agente de esquerda (MOTTA, 2014, p. 12-15).

Conclui-se, portanto, que o melhor termo para designar uma das características centrais da ditadura é a modernização autoritário-conservadora, como propõe Rodrigo Patto Sá Motta, pois engloba a dimensão da violência e repressão e a dimensão da manutenção do status quo social. Com isso, não se elimina o reconhecimento de que processos de modernização similares já ocorriam em outros períodos da história do Brasil, mas se identifica que na ditadura, como já mencionado, esse processo fazia parte de uma estrutura mais ampla de aceitação e legitimação do regime por meio da chamada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Compreende-se que a noção de “contradição” na modernização conservadora (como aponta Carlos Fico) possa ser frágil, ou seja, modernizar e conservar não seriam necessariamente contraditórios, pois era uma das formas pelas quais o regime se mantinha (além disso, como destaca André Aranha Correa do Lago, no início dos anos 1970, países como África do Sul, Espanha, Irã ou Coreia do Sul também eram regimes autoritários com altas taxas de crescimento econômico).

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.
- BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Samo Sérgio. **Manual do Candidato: Economia**. Brasília: FUNAG, 2016.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”. **Revista Tempo e Argumento**, vol. 9, n. 20, 2017.
- FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.
- LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2006.



MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Cultura Política e ditadura: um debate teórico e historiográfico”. **Tempo e Argumento**, vol. 10, n. 23, 2018.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. “Resenha do livro 'A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964’”. **Revista de História**, n. 171, julho-dezembro, 2014.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura que Mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.



## **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)**

Ano III | Volume 5 | Nº 13 | Boa Vista | 2021

<http://revista.ufrr.br/boca>

### **Editor chefe:**

Elói Martins Senhoras

### **Conselho Editorial**

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

### **Conselho Científico**

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima